

## **ENTRE PADRINHOS E COMPADRES: OS AFRICANOS NOS LIVROS DE BATISMOS EM SERGIPE (1785-1835)**

JOCENEIDE CUNHA\*

Nos anos oitenta do século XX, surgiu a chamada nova historiografia da escravidão. Entre os pesquisadores destacam-se João José Reis, Maria Odila Leite Dias, Silvia Lara, Robert W. Slenes, Flávio Gomes, Hebe de Castro e Sidney Chalhoub. Alguns dessa corrente tiveram como influência teórica, entre outros, Eugene Genovese e Edward P. Thompson. Esses intelectuais buscaram ver o escravo como agente histórico e possibilitaram a emergência de estudos sobre, mulher, família escrava, os significados da liberdade e as estratégias para consegui-la, os africanos e suas identidades, e sinalizaram a importância das irmandades para compreendê-las, além de outras temáticas. Para estudar essas temáticas se fez necessário uma ampliação no leque de fontes, os documentos cartorários, eclesiásticos dentre outros que passaram a ser considerados fontes históricas e foram incorporados nas pesquisas, além dos já utilizados anteriormente, como os relatos de viajantes<sup>1</sup>.

Dentro dessa perspectiva um dos temas que tem surgido é o estudo das relações de compadrio que envolvia os escravos. Alguns autores têm se debruçado sobre essa temática dentre eles temos: Stuart Schwartz e Cristiany Miranda Rocha. Schwartz possivelmente foi o pioneiro, pois no livro Segredos Internos já menciona a temática. O mesmo autor estuda o compadrio na Bahia e em Curitiba e pontua que a escolha dos compadres possivelmente variou de região para região. Portanto, ele não descarta que em alguns casos foi a escolha

---

\* Professora da Universidade do Estado da Bahia, doutoranda em História Social da Universidade Federal da Bahia.

<sup>1</sup> Ressalto que acerca desse tema houve, durante algum tempo, a ideia de não existirem documentos para pesquisar sobre a escravidão, por conta das ordens de Rui Barbosa que mandou queimar boa parte do acervo. Vide: SLENES, Robert. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos* 13, N° 1, 1983, pp. 117-150.

eram dos escravos e em outros uma imposição dos senhores. Em outro artigo, Schwartz e Gudeman pontua que os meninos tinham mais oportunidades de possuírem padrinhos livres, pois eles precisavam de maior proteção de pessoas livres que as meninas, por serem mais caros. E, a Cristiany Miranda afirma que as relações ritualísticas eram escolhidas pelos escravos, para a autora estudar o compadrio é analisar as possibilidades de escolhas dos mesmos e as estratégias que utilizaram. (ROCHA,2004; SCHWARTZ,1988; SCHWARTZ, 2001).

Este trabalho tem como intuito identificar as nações africanas nos registros de batismo e analisar as relações de compadrio deles nas terras sergipanas, utilizando a documentação das freguesias de duas Vilas a de Vila de Santo Amaro e a de Lagarto que possuía duas freguesias a de Nossa Senhora da Piedade e a de Nossa Senhora dos Campos. O marco temporal foi delimitado através de dois elementos, a documentação e bibliografia. O ano de 1785 foi delimitado por conta da documentação, pois os primeiros registros de batismo encontrados são referentes a esse ano. E em 1835, em virtude do término do tráfico de escravos e após 1830 os africanos tanto na documentação cartorária como na eclesiástica passa a ser classificados apenas como africanos. As vilas ficavam em regiões distintas com características econômicas diferenciadas o que possibilitou para uma delas uma maior aquisição de africanos.

Ressalto também que houve um crescimento no número de engenhos nas terras sergipanas nesse período. Em 1756, havia 46 engenhos, no ano de 1798, 140 unidades e em 1852, 680. (MOTT, 1986, 145-146) Lembrando que nesse período houve um declínio na produção mineradora, e aumento da produção açucareira, sobretudo baiana, até aproximadamente 1822, portanto, provavelmente o aumento da produção baiana tinha a participação do açúcar produzido nas terras sergipanas. Meu interesse é analisar a vivência dos escravos, nesse momento de efervescência econômica. Enfatizo que a pesquisa ainda está em andamento. Poucos são os trabalhos em Sergipe que versam sobre a escravidão na primeira metade dos Oitocentos.

Na historiografia sergipana, provavelmente o primeiro a comentar sobre os escravos e noticiar a existência de suas famílias foi Marcos Souza, classificado pelos historiadores como cronista. Marcos Souza foi vigário no início dos Oitocentos da Freguesia de Pé do

Banco<sup>2</sup>, localizada nas terras sergipanas. Segundo o Vigário, Santo Amaro era a Vila mais afamada e rica da capitania, possuía 2000 brancos, 1500 pretos e vários mestiços. E, os africanos, crioulos e mulatos estariam envolvidos no trabalho da lavoura. (SOUZA, 2005)

O vigário citado defende que a escravidão em Sergipe era mais branda que no Recôncavo Baiano e utiliza três elementos para sustentar a sua ideia, a alimentação, as vestimentas e a existência de famílias escravas. Não entrarei na discussão sobre a “docilidade” das relações senhor e escravo em Sergipe, pois a mesma já foi alvo de contestações em alguns trabalhos. (MOTT, 1986) No entanto, o vigário nos dá indícios sobre a existência das famílias escravas no período estudado, chegando a afirmar que era possível o casamento entre escravos de senhores diferentes. Todavia, o vigário não comenta sobre os batizados dos escravos que possivelmente realizou inúmeros, bem como os casamentos. Talvez fosse algo tão corriqueiro no seu cotidiano e por isso ele não julgou ser digno de nota no seu livro. Entretanto, especulo que se os casamentos eram permitidos entre escravos de senhores distintos, a relação de compadrio também pode ter sido. Em uma pesquisa que realizei anteriormente percebi que os escravos batizavam seus filhos com escravos de outros senhores. Todavia, saliento que o compadrio em Sergipe é pouco estudado bem como os africanos.

As fontes utilizadas nesse primeiro momento foram os registros de batismo. Os mesmos foram quantificados e analisados. Há na paróquia dois livros no interstício mencionado. Esses registros permitem termos noção dos padrões de batismo, bem como ter alguns elementos sobre a vivência dos escravos.

Nos registros de batismo possui o nome da criança batizada, os nomes dos pais e a condição de ambos, a cor, a nação (quando africano), o nome do proprietário ou dos proprietários, pois os pais poderiam pertencer a pais diferentes. O(s) nome(s) dos padrinhos e/ou madrinha e dos seus senhores quando eles eram escravos. Por fim, a idade da criança, o local que foi batizado, a data e o nome do pároco. Ressalto que os registros de batismo não são padronizados, havia alguns párocos que colocavam mais informações nos registros de batismo como o estado civil dos padrinhos. E no caso do livro pesquisado, como houve vários

---

<sup>2</sup> Atual cidade de Siriri .

párocos batizando e provavelmente coletando as informações, nem todos coletavam as mesmas informações, por isso há registros diferenciados no interior do mesmo livro.

Ente 1816 e maio de 1821 foram catalogados, 1161 pessoas de cor, dentre essas 340 eram africanos: 172 classificados genericamente como africanos, 38 angolas, 30 jejes, 3 cabindas, 4 congos, 2 minas, 85 como gentios, 3 nagôs, 2 uças e 1 tapa.

Este artigo está dividido em três partes, na primeira mencionarei sobre os locais que os escravos e seus descendentes foram batizados, e citar alguns elementos desse ritual, na segunda parte, pontuarei quem foram os batizados, na última parte mencionarei alguns dados de quem eram os padrinhos e madrinhas.

## **1 – Os locais que se realizavam o ritual**

No Brasil, o compadrio foi um ritual bastante praticado tanto por livres como por escravos e trata-se de uma herança da cultura ibérica. Através do ritual do batismo, a família era ampliada pelos laços espirituais.

Em Santo Amaro, as crianças, filhas de homens e mulheres escravos, ou escravos adultos foram batizados em diversos lugares. Dentre eles principalmente a capela de Nossa Senhora do Rosário, seguida da Igreja Matriz, as capelas de Maruim de Baixo, Nossa Senhora da Conceição, Santa Ana, Boa Hora e alguns oratórios particulares.

A “ população de cor” batizou seus filhos majoritariamente na Capela de Nossa Senhora do Rosário, 50,04% dos batizados foram nesse local, foram 561 batizados e dentre esses 193 africanos, e a maioria dos angolas e jejes foram batizados nessa capela. Desde o século XVIII há notícias da existência uma Irmandade do Rosário dos homens Pretos em Santo Amaro; possivelmente a mesma estava abrigada na referida capela. Ou seja, essa capela possivelmente era um espaço que os africanos e seus descendentes cultuavam seus santos católicos, construía as suas relações ritualísticas através do batismo e talvez do casamento. Em suma, era um espaço de sociabilidade dos homens e mulheres africanos, seus filhos e netos.

Além da capela já mencionada, o segundo lugar mais procurado pelos homens e mulheres escravos batizarem seus filhos foi a Igreja Matriz de Santo Amaro, templo esse que Marcos Souza classifica como majestoso (SOUZA, 2005). 272 pessoas de cor livres ou escravos foram batizados na Matriz, dentre 79 foram africanos. Incluindo um escravo do pároco da Igreja, o reverendo Gonçalo Pereira Coelho que batizou o escravinho Florêncio, filho da sua escrava Felizarda que era casada com Antônio, também escravo<sup>3</sup>.

Nove escravos foram batizados na Capela de Nossa Senhora da Conceição que ficava em uma propriedade particular, o engenho Caieira<sup>4</sup>. Os escravos dos proprietários do engenho, bem como os dos parentes, dos vizinhos ou agregados da propriedade deveriam batizar seus filhos nessa capela. Pois, os escravos batizados encontrados até o momento não pertenciam aos senhores do engenho<sup>5</sup>.

Quatro escravos foram batizados no oratório do capitão-mor, o Capitão Felipe Luís de Faro. Ambrosio e Brígida pertenciam ao mencionado capitão, e Margarida e Romão a Gregório Luis das Virgens. Por fim, dois escravos que foram batizados na capela de Maruim de Baixo.

O batismo era um ato coletivo e por isso várias crianças – livres e escravas – recebiam o sacramento numa mesma cerimônia. Escravos de um mesmo senhor e de senhores distintos apadrinhavam os filhos no mesmo dia. A data do batizado era marcada num dia em que todos pudessem ir à Vila: padrinhos e escravos. Em alguns casos, possivelmente os proprietários de escravos também estavam presentes. Acredito que nos batizados ocorridos nas propriedades havia uma probabilidade maior dos senhores estarem presentes nos batizados dos filhos dos seus escravos.

---

<sup>3</sup> Livro de Batismo de Santo Amaro nº 2, pág. 13v

<sup>4</sup> A capela existe na atualidade e é tombada pelo IPHAN desde 1944. Vê em: LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. FUNCAJU/UNIT, 1999.

<sup>5</sup> Segundo Loureiro a família que era proprietária desse engenho era A Diniz Sobral e os escravos batizados nessa capela pertenciam a João Pereira, Francisco Xavier do Bomfim e Manoel José de Souza.

Possivelmente alguns dias festivos foram preferidos para realizar a tal cerimônia, por como o dia consagrado a São Benedito<sup>6</sup>. Em seis de janeiro de 1817, dia que se comemorava São Benedito em Sergipe; quatro pessoas foram batizadas dentre elas, três escravos gêges, Joaquim, Mathias e Bento e a menina Joaquina que era livre.

## 2 - Os batizados e batizadas

Os escravinhos eram batizados logo após o seu nascimento, com até seis meses de idade, 63,23% dos batizados estavam nessa categoria. Os demais batizados e batizadas eram molecotes ou adultos. As idades de uma parte dos africanos batizados foram informadas nos registros, os mesmos tinham entre 8 e 40 anos. Ressalto que há alguns registros sem a referência da idade, e sem a menção de quem são os pais, assim podemos especular que possivelmente não eram crianças.

O sacramento batismal marca a entrada no mundo cristão e o registro de batismo era o documento que oficializava a existência das pessoas, por esses motivos era necessário que o ritual acontecesse enquanto a criança estivesse nova. Todavia, o registro de batismo ia além de um documento eclesiástico, ele também era um documento social, pois trazia várias informações sobre o indivíduo, a sua família e os padrinhos. No período em estudo não havia os registros civis. Por conta desses dados, percebemos que os senhores provavelmente se preocupavam que seus escravos fossem convertidos à “Fé Católica”, pois assim oficializavam a sua posse sobre a criança nascida.

Sobre a legitimidade houve um equilíbrio nas relações dos escravos e escravas. Um pouco mais da metade das crianças batizadas eram fruto de relações legítimas 60%, e as demais eram provenientes de relações não sancionadas pela igreja, as chamadas ilegítimas, possivelmente algumas delas eram consensuais. A existência de casamentos entre escravos do

---

<sup>6</sup> O culto a São Benedito foi muito difundido entre os escravos, a ideia era difundir a ideia de um escravo submisso. Vê em: PINTO, Tânia Maria de Jesus. **Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia Colonial**. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

mesmo senhor, indicia a existência de médias e grandes posses, assim, os escravos teriam como escolher seus cônjuges na posse do seu senhor.

Boa parte dos batizados eram africanos; esses eram classificados como de gentios de nação, de nação angola, gege, da costa e Costa da Mina, congo, uca e genericamente como africanos. Além de serem batizados os africanos também levavam seus filhos para serem batizados, 16,20% das crianças eram crioulas, ou seja, filhos de africanos. Dentre os africanos que são classificados os angolas eram maioria, no entanto, Marcos Souza menciona a existência dos africanos da Guiné e os Angola em Santo Amaro.

Os homens foram maioria entre os batizados, entre as crianças houve um equilíbrio. No entanto, entre os adultos batizados que incluíam os africanos, índios e alguns sem informações os homens foram majoritários.

### 3 - Os compadres e comadres

A larga maioria das crianças e adultos foram batizados por pessoas livres e/ou forras. Essas pessoas livres podiam ser agregadas das propriedades que os escravos trabalhavam, vizinhos ou parentes dos senhores. Pretendo saber mais elementos sobre essas pessoas. No entanto, possivelmente eram pessoas próximas desses escravos. Em Lagarto encontrei o tesoureiro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário batizando uma criança escrava. Ou seja, ele era uma pessoa próxima dos pais da criança, já que a irmandade também admitia escravos.

Apenas nove escravos foram batizados por escravos, desses nove, quatro eram africanos. Sete desses padrinhos eram parceiros<sup>7</sup> de trabalho dos pais dos seus afilhados ou dos próprios afilhados como o caso dos africanos. Como Delfina e Pedro que batizaram

---

<sup>7</sup> Segundo Mattos, a denominação parceiros foi utilizada pelos escravos, em algumas ocasiões. no sentido de que eram escravos do mesmo senhor, as exceções eram os amásias(os) ou cônjuges, irmãos, pais/mães e comadres/compadres; em outros momentos a idéia implícita é a de companheiro de sofrimento ou de jornada. Em Lagarto, foi possível perceber as duas utilizações do termo, escravos depoentes chamaram de parceiros, escravos que os acompanhavam no eito ou escravos do mesmo senhor e companheiros de sofrimento. Vide: MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp.130-131

Leandro, filho de Ana; todos eram escravos de Antônio Dias de Vidal Melo<sup>8</sup>. Possivelmente algumas posses de escravos eram médias e grandes, o que possibilitava aos escravos possibilidades de escolher um padrinho no interior da propriedade do seu senhor

Sheyla Faria chegou a conclusão que as crianças ilegítimas e que estavam em pequenas e médias posses foram batizadas por pessoas livres que eram pequenos proprietários de escravos, enquanto que as crianças legítimas tiveram como padrinhos escravos que pertenciam ao mesmo senhor do batizado, eles faziam parte de grandes posses. (FARIA, 1998). Ou seja, os escravos das grandes propriedades tinham um leque mais diversificado para escolher um compadre entre os seus parceiros de trabalho. Na Bahia, os escravos buscavam alianças: (i) horizontais, quando os pais escravos buscavam outros escravos para serem padrinhos, integrando ainda mais a criança à comunidade escrava; (ii) verticais, quando os pais entregavam os seus filhos a padrinhos livres, nesta situação os escravos buscavam ascensão social para os seus filhos<sup>9</sup>. (GUDEMAN & SCHWARTZ, 1988)

Em Santo Amaro, os escravos preferiam construir alianças verticais que as horizontais. Futuramente esperamos responder as razões dessa escolha. No entanto, ressalto que o batismo não significava apenas a entrada para o mundo cristão, mais também era uma possibilidade de construir laços de solidariedade. E, padrinho ou madrinha seria responsável pelos elementos espirituais e materiais do afilhado.

A maioria das crianças e adultos batizados tiveram um casal como padrinhos 63,80%. No entanto, nem todas as crianças e adultos puderam usufruir desse privilégio, alguns tiveram apenas um padrinho ou madrinha. Dentre esses, os homens foram preferidos para apadrinharem as crianças e adultos, 33 crianças e adultos foram batizados apenas por homens e quatro crianças escravas tiveram somente a madrinha. Novamente, a possibilidade de contar com ajudas materiais fizeram que os homens fossem escolhidos e não as mulheres.

---

<sup>8</sup> Livro de Batismo de Santo Amaro nº 2, pág.9v

<sup>9</sup> Metcalf chegou a esta conclusão pesquisando São Paulo Setecentista, acredito que ocorreu algo muito próximo em Lagarto nos Oitocentos. Ver em: METCALF, Alida. “Vida familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O caso de Santana de Parnaíba”. In: **Estudos Econômicos**, vol.17, n ° 2, 1987.pp.229-243



Analisando os batismos dos escravos e seus descendentes percebemos que há alguns personagens que se repetem, ou seja, houve escravos, pessoas livres e libertas que batizaram várias crianças e/ou adultos. Jacinto e Josefa que eram escravos e possivelmente casados, batizaram Joaquim e Paulo e Rosa. Todos eram escravos do Capitão Manoel Rollemberg de Andrade, os dois primeiros eram africanos e foram batizados no mesmo dia, já Rosa era brasileira e foi batizada em outro dia<sup>10</sup>. Outro exemplo era Vicente José Barreto que batizou em dias distintos; duas crianças Pascacia e Geronimo e Antônio Angola<sup>11</sup>.

Cristiany Miranda Rocha estudando o compadrio percebeu que alguns escravos batizaram várias crianças, posteriormente ela observou que esses escravos preferidos para serem padrinhos conseguiram a alforria. Por conta, desse elemento ela deduziu que os escravos preteridos para serem padrinhos eram próximos aos senhores ou exerciam uma função de destaque; por esses motivos os demais escravos escolhiam os mesmos para apadrinharem seus filhos. (ROCHA,2004) Era uma possibilidade de aproximação com o senhor e assim barganhar alguns dos seus interesses. Assim podemos especular que Jacinto e Josefa, já citados, podiam exercer uma espécie de liderança na posse do ser senhor, que possivelmente tinha inúmeros escravos, pois nos registros até o momento foram encontrados onze escravos, seja na posição de padrinho ou de afilhado.

### **Algumas considerações finais**

Primeiramente quero ratificar que este texto é fruto de uma pesquisa inacabada, portanto ao término da mesma os dados poderão ser alterados. Segundo, que pretendo utilizar outras fontes e assim fazer o cruzamento de informações.

A Capela do Rosário era um espaço dos escravos e seus descendentes, incluindo os índios se batizarem. Talvez houvesse uma identificação dos escravos com esse espaço, já que provavelmente no mencionado templo funcionava uma Irmandade de homens pretos. Enfatizo que o batizado era um ritual coletivo, no mesmo dia crianças e adultos, livre e escravos eram batizados.

---

<sup>10</sup> Livro de Batismo de Santo Amaro nº 2, pág.13 v, e 14

<sup>11</sup> Livro de Batismo de Santo Amaro nº 2, pág. 3,7, 9v

Os escravos batizavam seus filhos logo após o nascimento. O batizar era algo que interessava o senhor, pois era criado um documento que oficializava a criança como sua propriedade, e era importante para os escravos, pois através do compadrio construíaam laços de solidariedade e/ou alianças. Os homens e mulheres escravos de Santo Amaro optaram em construir essa rede de alianças com pessoas livres e/ou libertas; ou as possibilidades de construção dessas redes eram escassas no cativoiro.

Em suma, através do batismo podemos conhecer um pouco a vivência dos escravos, suas opções e estratégias cotidianas.

## FONTES e REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTE PRIMÁRIA

#### Impressa

SOUZA, Marcos Antônio. **Memória sobre a capitania de Sergipe**. Sergipe/Aracaju. 2005.

#### Manuscritas

Livro de Batismo de Santo Amaro nº 1 e nº2

Livro de Batismo de Tobias Barreto nº1 e nº 2

### REFERÊNCIAS

FALCI, Miridan Knox. **Escravos do Sertão**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. pp.96-110

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João. **Escravidão e Invenção da Liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59.;

FARIA, Sheyla de Castro. **A Colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. FUNCAJU/UNIT, 1999.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp.130-131

METCALF, Alida. “Vida familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O caso de Santana de Parnaíba”. In: **Estudos Econômicos**, vol.17, n ° 2, 1987. pp.229-243.

MOTT, Luis. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez. Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. **Afro-Ásia**, 19/20. (1997)

PINTO, Tânia Maria de Jesus. **Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia Colonial**. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinhadas, procissões e famílias**: a vida de homens e mulheres escravos

em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História). Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras. 1988; SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX. RIO DE JANEIRO: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. **Estudos Econômicos** 13, N ° 1, 1983, pp. 117-150.

SOUZA, Marcos Antônio. **Memória sobre a capitania de Sergipe**. Sergipe/Aracaju. 2005.